



## Orçamento na Fazenda, o golpe de mestre



O Ministro da Fazenda Henrique Meirelles está pressionando o Palácio do Planalto para que a Secretaria do Orçamento Federal, órgão mais importante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão passe para o Ministério da Fazenda.

Não se sabe ainda a opinião do Palácio frente a essa manobra que dará ao Ministro Meirelles o completo controle do Governo Federal e enorme influência sobre o Congresso. Já tem a Previdência e terá o resto do orçamento federal nas suas mãos.

Trata-se de movimento ousado e de grande significância política.

O Ministério da Fazenda já tem sob suas asas o antigo Ministério da Previdência, maior orçamento entre todos os ministérios e que por qualquer ângulo que se analise não tem porque estar sob a

Fazenda. Somada a Previdência à Secretaria do Orçamento, o poder federal passa do Palácio do Planalto para o Ministério da Fazenda, o Presidente será uma Rainha da Inglaterra e os congressistas terão que fazer fila no Ministério da Fazenda para liberar suas emendas.

Com esse açambarcamento de poderes o Ministro Meirelles pavimenta sua almejada candidatura à Presidência em 2018, tirando oxigênio de qualquer outro candidato.

Não há nenhuma razão para concentração de poderes tão extensa na Fazenda, inédita na história republicana. Não há razão funcional mas há razão política pessoal do ministro interino Meirelles. Ele quer mais poder enfeixado nas suas mãos para dominar toda a economia nacional.

Nem o regime militar permitiu essa concentração de poderes, Fazenda e Planejamento tinham titulares separados, de início Otavio Bulhões e Roberto Campos, depois Delfim na Fazenda e Hélio Beltrão no Planejamento. O incansável Reis Velloso no Planejamento fazia contraponto a Delfim. Já no Governo Figueiredo Ernane Galveas na Fazenda tinha Delfim no Planejamento. O regime militar, não permitia que o orçamento ficasse em mãos do Ministério da Fazenda, exatamente para evitar excessivo poder em um só centro.

Nos EUA o orçamento federal está na CASA BRANCA, através do Escritório de Orçamento e Gestão, subordinado diretamente ao Presidente dos Estados Unidos e não à Secretaria do Tesouro pela mesma razão: quem cuida da preparação do orçamento não pode ser o mesmo que arrecada e paga, seria poder demais em um só lugar.

O Ministro Meirelles pretende ser candidato à Presidência desde 2002. O mundo político sabe disso porque ele rondou vários partidos sondando a viabilidade de seu nome e agora, mais do que nunca, com grande poder na sua pessoa, quer ser candidato em 2018, chance de uma vida.

O Ministro é um competente carreirista, sua especialidade é construir sua carreira pessoal. Principal executivo no Brasil de um inexpressivo banco regional americano com cinco agências no País, foi alçado à principal executivo da divisão internacional do banco e não do banco inteiro como alardeava. O título era propositalmente dúbio dando a impressão que ele presidia o banco todo e não apenas a divisão internacional que era apenas Brasil e Argentina.

O First National Bank of Boston era tradicional mas nunca foi um banco de porte nos EUA. Nos tempos do Banco de Boston Meirelles era um especialista em auto promoção, estava sempre na primeira página da "Gazeta Mercantil", ganhava prêmios continuamente de Homem do Ano, Melhor Executivo do Setor, todos sabem como essas premiações são construídas à base de assessoria de imprensa, há executivos

especializados em montar currículo com premiações que não caem de paraquedas, exigem empenho, esforço e recursos financeiros.

Feito presidente do Banco Central por Lula em uma fase de boom de commodities, que levou prosperidade não só ao Brasil mas a todos os grandes exportadores de alimentos, petróleo e minérios, a situação do Brasil se beneficiaria de qualquer maneira com qualquer equipe econômica dado o ciclo externo virtuoso que não foi criação de Meirelles.

A pretensão presidencial do Ministro é complicada. Se a economia melhorar muito a lógica seria a candidatura de Temer à reeleição, se a economia for mal ninguém do Ministério terá cacife.

Outros aspirantes estão despontando dentro dessa lógica, como Alexandre de Moraes, cujo nome está saindo em notinhas de colunistas; o eterno candidato Serra só desiste se sair do mundo dos vivos; o Governador de S.Paulo só pode continuar na política aspirando ao Planalto; Aécio deverá manter a pretensão; fora outros aspirantes ainda não conhecidos.

Com a Secretaria do Orçamento, Meirelles pretenderá conquistar o Congresso, afinal ele terá a chave do confre. O Presidente interino Temer, com sua longa experiência na arena política, não deverá cometer suicídio que liquidará com a própria necessidade da existência do Ministério do Planejamento.

Meirelles não é assim tão essencial, não é um estadista com a estatura intelectual de um Walther Moreira Salles, de um Roberto Campos ou de um Delfim Neto. Meirelles é o querido do "mercado financeiro" mas a complexidade da economia de um grande País como o Brasil vai muito além de um mero ajuste fiscal, é preciso visão de País, visão de Estado, raízes sociais profundas que evidentemente Meirelles não tem. Ele não é um formulador de política econômica, é apenas um executivo de banco comercial, currículo pequeno para as dimensões e para os problemas da economia brasileira.

A própria colocação da Previdência Social sob o guarda-chuva do Ministério da

Fazenda é algo inusitado, não existe em nenhum outro País. A Previdência é um programa para o povo mais pobre, não se trata apenas de dinheiro, há uma filosofia e uma grande perspectiva social nos programas de previdência cujas raízes estão no plano pioneiro do Chanceler Otto von Bismarck e depois nos visionários estadistas ingleses do Welfare State.

Previdência não é só coisa de manejo de dinheiro, há que se ter uma sensibilidade bem mais profunda sobre a significância dessa função, uma das mais importantes dos Estados modernos. Previdência ou Social Security é o maior problema dos EUA e da Europa, um problema que envolve gerações e o próprio futuro do País. Não é apenas coisa de contabilidade, é matéria para estadistas com olhar de longo alcance.

O Brasil está em uma encruzilhada histórica, todos os movimentos da política

devem ser observados com cuidado porque se refletem na resolução da crise política e da crise econômica. Há uma série de intrincadas conexões entre economia e política neste momento. A opção Meirelles é de manutenção da política de juros altos por muito tempo, decisão completamente discutível pela sua incapacidade de fazer o Brasil sair da recessão a curto prazo, aprofundando os problemas sociais terríveis gerados pelo desemprego.

Nestes termos Meirelles não é a solução, como pretende o ex-Ministro Mendonça de Barros, ao afirmar afoitamente no programa Paineis que Meirelles será o candidato natural à Presidência. Pergunta-se: Os desempregados e suas famílias vão votar em Meirelles?

**Fonte: André Araújo- jornalgg - 02/08/2016**

## **CDU aprova nova destinação para os recursos do fundo de investimento do FGTS**

A Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU), da Câmara dos Deputados, aprovou hoje o parecer da relatora, deputada Dâmina Pereira (PSL/MG), ao Projeto de Lei 8015/2014.

O projeto, em seu texto inicial, alterava a Lei do FGTS para extinguir o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS) e impedir a aplicação de recursos do FGTS em cotas de fundos mútuos de privatização.

Todos os investimentos aprovados durante a vigência do FI-FGTS permaneceriam válidos até o término do que foi pactuado. E o patrimônio não aplicado no FI-FGTS seria integral e imediatamente devolvido às contas vinculadas, na proporção das participações dos cotistas.

Ainda, acrescentava competência, ao Conselho Curador do FGTS, de fiscalizar e acompanhar os investimentos autorizados pela Comissão de Investimentos do FI-FGTS até sua total extinção.

A deputada Dâmina Pereira apresentou parecer com texto substitutivo que determina que o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS, caracterizado pela aplicação de recursos do FGTS, será destinado a investimentos em empreendimentos dos setores de infraestrutura de saúde, além das destinações já existentes em relação aos empreendimentos dos setores de aeroportos, energia, rodovia, ferrovia, hidrovias, porto, saneamento, de acordo com as diretrizes, critérios e condições que dispõe o Conselho Curador do FGTS.

Determina ainda, que cabe ao Conselho Curador, em relação ao FI-FGTS, acompanhar os investimentos autorizados pelo Comitê. E não mais fiscalizar, como determinado no projeto em seu texto inicial. Nesse sentido, cumpre esclarecer que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) controla e fiscaliza os investimentos e a movimentação dos recursos do FI-FGTS. Além do controle da CVM o FI-FGTS conta com um Comitê de

Investimento, composto por 12 membros e respectivos suplentes, ao qual compete, dentre outras atribuições, deliberar sobre propostas de investimento e acompanhar as diretrizes a serem seguidas pelo FI-FGTS, com relação a sua política de investimentos.

Não obstante o nobre propósito de investimento em infraestrutura de saúde, a CNI entende que o desvio da finalidade de investimento dos recursos do FGTS, que não seja para aplicação em infraestrutura nos setores de saneamento, energia, ferrovia, hidrovias, rodovia, portos e aeroportos, pode comprometer o fundo, desvirtuando sua finalidade e prejudicando os próprios trabalhadores.

A diminuição dos recursos disponíveis para fomento da habitação popular, do saneamento básico e da infraestrutura urbana acarretará o aumento da carga tributária, com elevação de alíquotas dos tributos federais, para obtenção da devida compensação, e/ou a não realização das obras necessárias ao desenvolvimento econômico e social.

A matéria segue para apreciação da Comissão de Trabalho.

**Fonte: Novidades Legislativas 52 - 13/09/2016**

## **CDEICS aprova a aplicação de metas de SST para a participação em PLR**

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS), da Câmara dos Deputados, aprovou hoje o Projeto de Lei 258/2015, que permite a aplicação das metas de segurança e saúde do trabalho para participação nos lucros e resultados.

O relator, deputado Helder Salomão (PT/ES), apresentou parecer pela rejeição do PL 258/2015 e de seu apensado, PL 813/2015, de autoria do deputado Jorge Côrte Real (PTB/PE), que também permite a aplicação das metas de SST para participação nos lucros e resultados.

O deputado Laercio Oliveira (PR/SE) apresentou um voto em separado pela aprovação do PL 258/2015 e do PL 813/2015 que foi o voto vencedor e, portanto, o parecer da comissão.

As questões de Segurança e Saúde do Trabalho (SST) nos quesitos para a percepção da Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) têm sido comprovadas

como uma das boas práticas mais utilizadas e eficazes para a disseminação e observância dos programas e ações em prol da prevenção da saúde do trabalhador em todos os níveis hierárquicos, pois incentiva sua observância tanto pelos cargos de gestão como para os trabalhadores.

Por essa razão, a PLR, que possibilita ganhos financeiros ao trabalhador com bom desempenho, também pode acrescentar melhorias significativas à saúde e segurança do trabalhador no ambiente profissional, caso metas em SST sejam implementadas, reduzindo significativamente os acidentes de trabalho, resultado do investimento na conscientização de trabalhadores e do incentivo à adoção de boas práticas.

A matéria segue para apreciação da Comissão de Trabalho.

**Fonte: Novidades Legislativas 52 - 13/09/2016**

## **Justiça do Trabalho faz 75 anos em meio a pressão por mudanças.**

A Justiça do Trabalho completa 75 anos em um momento delicado da sua história. Com um orçamento menor do que o esperado, tenta conciliar funcionários e

empresas em meio a pressões por uma modernização das leis trabalhistas. Mudanças que dividem empregados e patrões – que reclamam de um

protecionismo exacerbado – e não geram consenso nem entre os ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Enquanto o presidente Ives Gandra Martins Filho defende abertamente a modernização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a prevalência de acordos coletivos, a maioria dos ministros critica a flexibilização dos direitos dos trabalhadores. Mas à medida que evoluem as discussões, os magistrados acompanham decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) favoráveis aos acordos feitos entre empresas e sindicatos e que reformam entendimentos do TST.

Os que exigem mudanças apresentam uma alta conta para as empresas: R\$ 17 bilhões em 2015 – o valor pago em ações trabalhistas. Para o Ministério Público do Trabalho (MPT), porém, ainda é financeiramente “vantajoso” para as empresas descumprirem leis trabalhistas.

Em meio às pressões, a Justiça do Trabalho luta para manter sua estrutura. Neste ano, foi surpreendida por um orçamento menor que o solicitado, de R\$ 16 bilhões, e uma justificativa incomum do relator-geral do orçamento da União para 2016, deputado Ricardo Barros (PP-PR), para a redução do valor inicial, de R\$ 18 bilhões. “O próprio relator colocou que, como a Justiça do Trabalho estava mais prejudicando que colaborando com as relações do trabalho, não merecia um orçamento tão ampliado”, afirma o ministro Ives Gandra Martins Filho.

O corte orçamentário foi questionado pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). Para a entidade, a Lei Orçamentária Anual deste ano (Lei nº 13.255) teria conferido “tratamento político-legislativo escancaradamente discriminatório à Justiça do Trabalho, como forma de ‘enquadrá-la’ e de adverti-la acerca dos supostos ‘excessos’ de seus julgados em detrimento do patronato brasileiro”. Segundo a entidade, houve desvio de finalidade na atividade legislativa. O pedido, porém, não prosperou no Supremo Tribunal Federal (STF). Só por meio de uma medida provisória, a Justiça do Trabalho conseguiu ampliar seu orçamento.

Os recursos mantêm em funcionamento um sistema que recebeu 3,5 milhões de novos casos em 2015, de acordo com o Relatório Analítico da Justiça do Trabalho. Os assuntos mais recorrentes foram aviso prévio, multa pelo não pagamento de verba rescisória, multa de 40% do FGTS e horas extras. “A demanda nos leva a pensar por que esse ramo da Justiça é tão procurado”, diz o procurador-geral do trabalho, Ronaldo Curado Fleury. “Penso que o problema não está na Justiça do Trabalho, mas na falta de fiscalização do trabalho.”

Segundo o procurador-geral, o déficit de auditores do trabalho está em torno de 30%. A visão de que a Justiça do trabalho protege demasiadamente os trabalhadores não é mais verdadeira, acrescenta ele, pois há muitas ações que são julgadas improcedentes. “Hoje em dia, no Brasil, vale a pena descumprir a legislação trabalhista. É rentável”, afirma.

Essa não é, porém, a visão das empresas. O presidente do Conselho de Relações do Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Alexandre Furlan, defende que os empregadores ficam à mercê de interpretações das leis trabalhistas. “Muitas vezes não se consegue cumprir 100% da legislação”, diz. “A Justiça do Trabalho cumpre seu papel, mas ainda carrega um viés ideológico que impede um avanço nas discussões sobre competitividade. Agora, para a CNI, seria o momento de harmonizar competitividade à proteção do trabalhador.”

Para o presidente do TST, é necessário, em meio às discussões sobre terceirização e modernização da CLT, evitar a precarização. Sem, porém, impedir o desenvolvimento da economia. “O marco regulatório não pode ser algo que cerceie a atividade econômica de modo que, para proteger o trabalhador, você faça com que chegue a não ter empresa nem produção. O que você tem que fazer é evitar precarização”, afirma.

Martins Filho defende a proposta apresentada pelo deputado Júlio Lopes (PP-RJ), que tramita na Câmara Federal. O projeto permite a flexibilização de salário e jornada, desde que por meio de negociação entre sindicatos e empresas e apresentação de uma contrapartida ao trabalhador.

A visão do presidente sobre a modernização das leis trabalhistas encontra resistência no próprio TST. Em junho, um grupo de ministros divulgou um documento que criticava a flexibilização dos direitos dos trabalhadores. O documento foi assinado por 19 dos 27 integrantes da Corte.

O ministro não desconhece que sua posição não é unânime, mas pondera que muitas pessoas que são contrárias à reforma não fazem a análise econômica do direito. De acordo com ele, a Justiça tem capacidade de harmonizar as relações de trabalho se ela for equilibrada. Mas se a legislação for aplicada rigidamente, ela não tem condições de gerar emprego, pelo contrário. “Ninguém

reforma a casa para deixá-la pior. Só para melhorar. Você pode pensar que agora não é o momento para reforma porque temos 10 milhões de desempregados. Mas se não a fizermos, vamos para 15 ou 20 milhões.”

**Fonte: Valor Econômico, por Beatriz Olivon, 20.09.2016**

*Os artigos reproduzidos neste clipping de notícias são, tanto no conteúdo quanto na forma, de inteira responsabilidade de seus autores. Não traduzem, por isso mesmo, a opinião legal de Granadeiro Guimarães Advogados.*

**FONTE: Clipping de Notícias Granadeiro 20/09/2016**

## Os Sindicatos Crescem na Adversidade



**Clemente Ganz Lúcio** é sociólogo e diretor do Dieese.  
clemente@dieese.org.br

Não tem vida fácil para o movimento sindical. Aliás, a vida é dura! A recessão gera desemprego, arrocha os salários e aumenta a pressão para a precarização, movimentos que as pesquisas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e do Dieese revelam desde 2014.

Recentemente, o Dieese divulgou os resultados da pesquisa sobre as negociações coletivas, o Estudo e Pesquisa 81 “Balanço das negociações dos reajustes salariais do 1º semestre de 2016”, disponível em [www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br). O trabalho mostra que há uma mudança muito importante nas negociações coletivas. A taxa de inflação mais elevada desde 2015, a recessão, a crise política, entre outros fatores, criaram um ambiente desfavorável para as negociações coletivas. Por isso, cerca de 39% dos acordos salariais não conseguiram repor

integralmente a inflação, apresentando uma pequena queda do salário real na data-base.

Mas o que é muito relevante, quando se considera o contexto de extrema adversidade, é que cerca de 37% conseguiram repor integralmente a inflação e outros 24% das Convenções e acordos coletivos obtiveram ganhos reais de salários. Isso mesmo, 61% empataram ou ganharam!

Analisando o ambiente do jogo, é inacreditável a capacidade de resiliência da luta sindical. Todos conhecem as múltiplas e enormes dificuldades enfrentadas nos vários processos negociais. Há mais de uma década, a maioria das categorias não experimentava jogar nesse campo. Veja, por exemplo, o caso dos bancários que, mesmo com os absurdos lucros obtidos pelos bancos,

nesse ambiente recessivo vivido pelo Brasil, oferecem propostas que não repõem integralmente a inflação. Realmente, a vida é muito dura!

Mas o movimento sindical não tem medo de cara feia. E, nesse contexto, a capacidade de luta cresce. Vale citar o excelente exemplo dado pelos trabalhadores metalúrgicos, que articulam a unidade de ação organizando conjuntamente as lutas da campanha salarial 2016, agora reunindo as diferentes correntes do movimento sindical em uma mobilização que ocorrerá no próximo dia 29. Um modelo de atuação que bem poderia ser seguido por outras categorias.

Às vezes não se sabe bem de onde vem essa capacidade para lutar. Talvez corra no sangue ou esteja presente no DNA, depois de quase dois séculos de lutas, desde quando os trabalhadores ingleses começaram a forjar o Sindicato como instrumento da solidariedade da classe trabalhadora, nascente naquele mundo da revolução industrial (1850). Desde então,

a luta sindical ganhou múltiplas dimensões, sempre com a negociação salarial como questão central.

O movimento sindical brasileiro não foge ao seu desígnio na luta de classes e não tem medo das adversidades, como mostraram os resultados acima. Eles devem ser um farol a nos animar para conduzir a boa luta, um farol que ilumina a formulação das estratégias com inteligência e sabedoria.

Porém, é fundamental compreender que, além de proteger os salários e, principalmente, os empregos, há a luta fundamental pela retomada e sustentação do crescimento econômico. Somente em um ambiente de crescimento é possível gerar empregos de qualidade, aumentar salários e promover bem-estar e qualidade de vida para todos, semelhante ao que se fez a partir de meados dos anos 2000.

**Fonte: Boletim de Notícias Agência Sindical – 15/09/2016**

## Projeto prevê contrato de trabalho com jornada móvel.

O projeto de lei é do senador Ricardo Ferraço, do PSDB do Espírito Santo, e permite o chamado contrato de trabalho intermitente. Pela nova modalidade, empregadores vão poder contratar por hora trabalhada, em horário flexível, de acordo com a necessidade de mão de obra. Ferraço ressaltou que o Brasil possui 13 milhões de desempregados. E, para ele, a aprovação da proposta vai contribuir para aumentar os postos de trabalho.

“Tudo o que nós precisamos no Brasil é a geração de emprego e de oportunidade. E eu acho que a jornada intermitente flexibiliza e abre condições de o empreendedor abrir mais oportunidades de trabalho. E é isso que interessa. Eu acho que a jornada intermitente ela pode ser revelar uma oportunidade para os trabalhadores assim como para os empreendedores”.

Já o senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, é contrário à proposta. Na avaliação dele, os trabalhadores vão perder direitos com a inclusão da jornada de trabalho intermitente na Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT. Paim disse

esperar que a matéria não seja aprovada sem ampla discussão.

“Sou totalmente contra”! É um projeto que retira todos os direitos dos trabalhadores, que recebem somente pelo trabalho por hora. E isso não incorpora nas férias, no décimo terceiro. Eles o chamam no momento em que bem entenderem para trabalharem aquelas horas e não pagam direito trabalhista. Isso é pior que o negociado sobre o legislado. É pior que o trabalho temporário”, diz Paim.

O projeto de lei está pronto para ser votado na Comissão de Assuntos Sociais, onde será relatado pelo senador Armando Monteiro, do PTB de Pernambuco.

PLS 218/2016

**Fonte: Rádio Senado, por Iara Farias Borges, 19.09.2016**

*Os artigos reproduzidos neste clipping de notícias são, tanto no conteúdo quanto na forma, de inteira responsabilidade de seus autores. Não traduzem, por isso mesmo, a opinião legal de Granadeiro Guimarães Advogados.*

**FONTE: Clipping de Notícias Granadeiro 20/09/2016**

## Sindicato dos Contabilistas do Município do Rio de Janeiro começa a comemorações dos 100 anos.

O Sindicato dos Contabilistas do Município do Rio de Janeiro está Iniciando suas comemorações especiais aos 100 anos da entidade, realizando no próximo dia 25 de setembro de 2016 a 7ª Caminhada da Contabilidade no Aterro do Flamengo (Ponto de encontro MAM), com a concentração às 8 horas e a saída às 9 horas. As Inscrições são gratuitas e podem ser feitas pelo Site: [www.sindicont-rio.org.br](http://www.sindicont-rio.org.br). Nessa mesma data o Sindicato dos Contabilistas do Município do Rio de

Janeiro também estará realizando o seu 1º Torneio de Futebol.

O 1 Torneio de Futebol, será realizado no dia 25 de setembro de 2016, no Campo de número 8, às 13 horas.

Inscreva-se no Site: [www.sindicont-rio.org.br](http://www.sindicont-rio.org.br). Às inscrições são gratuitas.

Vamos Prestigiar o Sindicato é Valorizar a CATEGORIA.



**7ª CAMINHADA CONTABILIDADE 2016**  
Centenário do SINDICONT-Rio

**25/09**  
Aterro do Flamengo  
Ponto de encontro: MAM  
Concentração: 8h | Saída: 9h

**Inscreva-se:**  
[www.sindicont-rio.org.br](http://www.sindicont-rio.org.br)

**1º TORNEIO DE FUTEBOL**  
Campo nº 8 | 13h

**PRESTIGIAR O SINDICATO É VALORIZAR A CATEGORIA**

REALIZAÇÃO  
**SINDICONT-RIO**  
Sindicato dos Contabilistas do Município do Rio de Janeiro

## Reforma trabalhista fica para segundo semestre de 2017, reitera ministro.

A reforma da legislação trabalhista vai ficar para o segundo semestre de 2017, disse o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, nesta quarta (21).

Segundo o ministro, a prioridade do governo do presidente Michel Temer é resolver o problema fiscal do país.

“De que adianta modernização da legislação se a economia não voltar aos eixos? É uma questão lógica: primeiro as primeiras coisas”, disse Nogueira em evento do jornal “O Estado de S. Paulo”

em parceria com a CNI (Confederação Nacional da Indústria).

Temer já havia decidido deixar a reforma trabalhista para o ano que vem.

O ministro não entrou em detalhes sobre o que pode mudar na legislação nem se o governo terá tempo hábil para aportar uma reforma no final do próximo ano.

Para Nogueira, a atual legislação trabalhista é datada, por ter sido elaborada na primeira metade do século 20, e precisa ser modernizada. O principal objetivo dessa reforma é dar segurança jurídica às negociações entre trabalhadora e empregadores.

Em outra ocasião, o ministro disse que o principal objetivo de uma reforma é dar segurança jurídica às negociações entre trabalhadores e empregadores. Fomentar ocupações com geração de renda e a consolidação são outros eixos que norteariam essa “modernização” — Nogueira, porém, não explicou como essas medidas se aplicariam na prática.

Hoje, a Justiça do Trabalho invalida em muitos casos as negociações feitas entre sindicatos e empresas, por entender que elas desrespeitam a legislação.

#### JORNADA DE TRABALHO

Mais uma vez, Nogueira afirmou que nunca defendeu a ampliação da jornada de trabalho de oito horas diárias ou 44 semanais, e reforçou o compromisso do governo em manter as regras atuais em uma eventual reforma.

Em evento recente com sindicalistas, uma fala do ministro foi interpretada como uma defesa da ampliação da jornada. Após a repercussão negativa, Nogueira, sob orientação de Temer, vem aproveitando aparições públicas que houve um mal entendido e que a jornada não será alterada e que nenhum direito trabalhista será suprimido, mas “consolidado”.

Na ocasião, Temer já havia indicado que deixaria para 2017 a apresentação de seu projeto de reforma das leis trabalhistas.

O governo quer permitir que acordos negociados por sindicatos e empresas prevaleçam sobre a legislação em alguns casos, o que pode abrir caminho para

reduzir garantias que a lei oferece aos trabalhadores hoje.

Pela proposta do governo, convenções coletivas poderão acordar a possibilidade de um trabalhador cumprir jornada de até 12 horas por dia, com a limitação semanal de 48 horas (44 horas mais 4 horas extras). Esse modelo já é utilizado nas áreas de enfermagem e de vigilância, mas precisa de segurança jurídica, na avaliação do ministro.

Segundo o Ministério do Trabalho, a jornada de trabalho de 44 horas semanais e todos os demais direitos do trabalhador serão respeitados.

Nogueira também usou o tema para criticar a gestão de Dilma Rousseff. “Quem suprimiu o maior de todos os direitos ao trabalhador, que é o direito ao emprego, foi o governo passado. Foram 1,5 milhão de empregos formais fechados em 2015”, disse o ministro, citando dados da pesquisa Rais, divulgada na semana passada pela pasta.

O que foi falado sobre a reforma trabalhista

>> Divisão de horas de trabalho na semana deve ser flexibilizada

>> Jornada de 44 horas semanais (sem hora extra) será mantida

>> Novas modalidades de contratação: por produtividade (serviço específico prestado) e por hora trabalhada

>> Possibilidade de vínculo do trabalhador com mais de uma empresa

>> Prestigiar a negociação coletiva de trabalhadores

>> Ampliação do PPE (Programa de Proteção ao Emprego)

**Fonte: Folha de São Paulo, por Fernanda Perrin, 21.09.2016**

*Os artigos reproduzidos neste clipping de notícias são, tanto no conteúdo quanto na forma, de inteira responsabilidade de seus autores. Não traduzem, por isso mesmo, a opinião legal de Granadeiro Guimarães Advogados*

**Fonte: Clipping Granadeiro Guimaraes 21/09/2016**

O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil , informa a todos associados ou não , que já estão abertas as inscrições para o **3º Painel de Auditoria e Contabilidade** , a ser realizado no próximo dia 05 de outubro de 2016, das 09h00 as 18h00 , no Hotel Novo Mundo - Praia de Botafogo, 20 - Flamengo - Rio de Janeiro. /RJ

**Reservas e informações: (21) 2233.5833 – 2233.5917 – 2233.5357**

**Programa de Educação Profissional**

**Continuada:**

**QTG 05 pontos**

**CMN 05 pontos**

**SUSEP 05 pontos**

**Responsável Técnico 02 pontos**

8h30min - Credenciamento

09h00 às 09h30 – Abertura

Paulo Buzzi Filho – Diretor Presidente  
IBRACON/3ª Seção Regional

09h30 às 10h30 – Palestra: Atualidades  
das IFRS (IFRS 09 - 15 e 16)

**Palestrante:**

Marcelo Cavalcanti Almeida

10h30 às 11h00 – Coffee-break

11h00 às 12h00 – Palestra: Adoção do  
Novo Relatório de Auditoria

**Palestrantes:**

Rogério Garcia – Diretor Técnico da  
Diretoria Nacional do IBRACON

Paulo Buzzi Filho – Diretor Presidente do  
IBRACON 3ª SR

12h00 às 13h00 – Palestra: Uma visão  
sobre a qualidade da auditoria no Brasil

**Palestrantes:**

Antonio Castro – Presidente da  
Associação Brasileira das Companhias  
Abertas (ABRASCA)

Roberto Tadeu Antunes Fernandes –  
Diretor da Comissão de Valores  
Mobiliários (CVM)

13h00 às 14h30 – Almoço

14h30 às 15h30 – Palestra: Processos  
sancionadores – A experiência regulatória  
e as mudanças esperadas

**Palestrantes:**

Madson de Gusmão Vasconcelos –  
Gerência de Normas de Auditoria da  
Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

José Reynaldo Furlani – Chefe de  
Gabinete da Diretoria de Organização do  
Sistema Financeiro do Banco Central do  
Brasil (BCB)

Thiago Pedra Signorelli – Coordenador da  
Coordenação de Monitoramento de  
Solvência e Contabilidade da  
Superintendência de Seguros Privados  
(SUSEP)

15h30 às 16h30 – Palestra: A  
investigação de fraudes e atos ilegais e a  
responsabilidade do auditor em relação a  
fraudes e atos ilegais

**Palestrantes:**

Representante da Associação Nacional  
dos Delegados de Polícia Federal (ADPF)

Antonio Carlos Ferreira de Sousa – Diretor  
de Análise e Fiscalização do Conselho de  
Controle de Atividades Financeiras  
(COAF)

Claudio Longo – Coordenador do Comitê  
de Normas de Auditoria (CNA)

16h30 às 17h00 – Coffee-break

17h00 às 18h00 – Palestra: Perspectivas  
econômicas e empresariais no Brasil

**Palestrantes:**

Gilberto Braga – contador, economista e  
comentarista de economia. Convidado dos  
telejornais da Globonews.

**INSCRIÇÕES:**

Associados do IBRACON: R\$ 360,00

Não associados: R\$ 460,00

(Valores isentos de IR)

**FILIADA A:**

